

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

SATA SGPS, S.A.



sata  The Atlantic and You™

Índice

Sobre o Relatório	3
Mensagem do Conselho de Administração	4
Governance	5
Estratégia	8
Gestão do Risco	12
Desempenho Financeiro	15
Aplicação de Resultados	18
Anexos	19

Sobre o Relatório

Mantendo um ciclo de reporte anual, esta publicação visa comunicar, a todos os *stakeholders*, o desempenho financeiro da SATA SGPS.

O Relatório incide sobre a atividade da SATA SGPS durante o ano de 2017 - referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro - abrangendo, sempre que possível, informação relativa a anos anteriores para avaliar e acompanhar a evolução do desempenho da Empresa.

Os conteúdos apresentados abrangem o desempenho individual da SATA SGPS.

Adicionalmente, o desempenho financeiro, social e ambiental do Grupo SATA é apresentado no Relatório Consolidado, disponibilizado no website corporativo, o qual é já o sexto Relatório Integrado publicado pelo Grupo. À semelhança de anos anteriores, o Relatório foi elaborado de acordo com as orientações do *International Integrated Reporting Council (IIRC)* e, em matéria de sustentabilidade, com as Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative (GRI)*.



Verificação externa

Os dados do desempenho financeiro apresentados foram sujeitos a verificação externa independente pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

Contactos

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação publicada neste Relatório ou sobre práticas e políticas do Grupo SATA, por favor consulte o *website* corporativo www.sata.pt ou proceda ao envio de um *e-mail* através do endereço eletrónico info@sata.pt.

Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2017 foi um ano de grandes novidades para o Grupo SATA, mas também de grandes desafios.

Foi um ano de aposta no reforço do Hub Açores, consolidando e dando corpo ao *Business Plan*, que tem como um dos seus objetivos a colocação do arquipélago como centro da nossa rede, interligando a América do Norte ao continente europeu e unindo os arquipélagos da Macaronésia.

Assim, pela primeira vez na história da SATA, interligamos regularmente os quatro arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, substanciando o anseio de sermos a companhia de referência da Macaronésia.

Aumentamos igualmente a operação de Providence de dez para dezoito rotações e a de Oakland de nove para treze.

Nas rotas tradicionais, entre os Açores e Lisboa, Porto, Madeira e Canárias, oferecemos mais frequências e melhores horários.

No que respeita à SATA Air Açores, apresentámos igualmente horários e frequências melhoradas, com vista a facilitar o transporte entre todas as ilhas e os encaminhamentos de ou para as diversas gateways na Região.

O crescimento do turismo nos Açores foi um dos maiores registados no País, o que não pode deixar de ser uma boa notícia para a Região, bem como para o Grupo SATA, que tem agora o objetivo de superar as dificuldades que resultaram desta situação. O aumento de volume de dormidas nas nossas ilhas, batendo todos os recordes, dá uma ideia dos elevados índices de exigência com que o mercado nos confrontou e aos quais tudo fizemos para dar resposta mais adequada.

Das novidades comerciais deste ano fizeram parte dois novos produtos designados por Stopover e Overnight. O produto Stopover, criado com o posicionamento geográfico do nosso arquipélago e a rede da SATA em mente, surge de forma natural e convida os passageiros que viajem entre a América do Norte e a Europa Continental ou restantes ilhas da Macaronésia a fazer uma paragem nos Açores sem qualquer penalidade na tarifa. Por sua vez, o produto Overnight permite ao cliente SATA ter acesso a destinos adicionais da nossa rede, sem que os mesmos acarretem custos com estadias em pontos intermédios do percurso, todas as vezes que este obrigue a uma pernoita. Estes são produtos que pretendemos promover cada vez mais e incrementar.

Passámos ainda a possibilitar a aquisição de percursos de navio para as ilhas do triângulo – Pico, Faial e São Jorge – nas reservas de avião e criámos um novo serviço, o My Upgrade, que permite viajar em classe executiva, a baixo custo.

Abrimos, ainda, uma loja virtual, a Air-Store, onde poderão ser adquiridas recordações do Grupo SATA, nomeadamente miniaturas dos nossos aviões, artigos de coleção, acessórios e outros produtos.

Não terminaremos sem recordar que, durante este ano, teve início o processo de renovação da frota da Azores Airlines que prevê a substituição faseada dos Airbus A310 pelas novas aeronaves Airbus A321neo, um investimento que representa um passo decisivo na consolidação da estratégia que, como companhia aérea indispensável aos Açores, no plano nacional e internacional, a SATA tem a competência de prosseguir. O primeiro A321NEO foi entregue à SATA ainda durante o mês de dezembro.

Estas novas aeronaves permitirão reduzir a pegada de carbono de cada passageiro em cerca de 50%, se estabelecida uma comparação com aeronaves alternativas, o que dá uma ideia dos índices de eficiência dos seus motores. É que comparadas com outros equipamentos, estas aeronaves garantem diminuições substanciais de custo por lugar, que oscilam entre os 8 e os 21%, e um menor gasto de combustível por voo, conseguindo ganhos que vão de 16 a 21% ao nível do CO2 por quilómetro de cada passageiro.

A utilização destes aviões pela Azores Airlines constitui um fator determinante para a estratégia de crescimento da companhia que tem a missão de levar os Açores ao Mundo e de trazer o Mundo aos Açores.

O ano de 2017 foi, também, um ano com diversos constrangimentos operacionais, que prejudicaram, sobremaneira, os nossos resultados. Estamos convictos que, passada esta fase difícil da nossa empresa, e com as apostas que fizemos, o futuro será auspicioso.

Governance

A SATA atua no sentido de garantir que a sua estrutura e funcionamento organizacionais se encontram devidamente alinhados com os Princípios de Bom Governo do Setor Empresarial do Estado e com as boas práticas internacionais. Os órgãos sociais e colaboradores desenvolvem as suas atividades com salvaguarda de questões éticas e de acordo com os padrões de conduta recomendados.

Princípios do Governo de Sociedade

A SATA fomenta internamente uma cultura de controlo, segregação de funções e prevenção de conflitos de interesses, e ao mesmo tempo, promove também o princípio da transparência e integridade com o mercado.

Com vista a garantir o envolvimento de todos os seus *stakeholders*, a SATA procede à divulgação de todas as informações de carácter corporativo, estratégico e relacionadas com alterações da sua envolvente que afetem a sua operacionalidade, de forma responsável e verdadeira. A elaboração de pareceres sobre a situação económico-financeira da SATA, assegurada pelo seu órgão de fiscalização, contribui para a tomada de decisão informada por parte do acionista.




Adaptabilidade
Auditoria
Prevenção de conflito de interesses
Controlo
Integridade com o mercado
Respeito
Responsabilização
Segregação de funções
Transparência

Órgãos de Gestão – SATA SGPS

A estrutura de Governo das empresas da SATA assenta no Modelo Latino, que prevê a existência de 3 órgãos de gestão, encontrando-se perfeitamente definidos, nos estatutos societários as suas funções e as suas regras de funcionamento.

Os órgãos sociais atuais da SATA SGPS foram eleitos a 13 de julho de 2017, para o triénio 2017-2019.

Responsabilidades

Assembleia Geral 	<ul style="list-style-type: none">• Analisar e aprovar documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, deliberando sobre a aplicação de resultados do exercício, alterações de participação de capital, aumentos de capital e contratação de empréstimos (nas condições previstas);• Analisar e aprovar as linhas e as orientações de carácter estratégico;• Eleger os membros dos órgãos sociais, definindo a fixação e alteração da sua remuneração.
Fiscal Único 	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalizar a administração da empresa relativamente ao cumprimento da lei, estatutos e regulamentos aplicáveis;• Verificar e elaborar um parecer sobre os documentos de prestação de contas através da realização de auditorias internas, assegurando o cumprimento dos <i>standards</i> internacionais definidos.
Conselho de Administração 	<ul style="list-style-type: none">• Gerir os negócios da empresa e tomar decisões relativas ao objeto social que são da sua exclusiva competência e responsabilidade;• Aprovar os principais objetivos, políticas e orientações de gestão;• Monitorizar e garantir o alinhamento dos objetivos, políticas e orientações com as atividades a desenvolver, no sentido de satisfazer e maximizar os interesses do acionista.

Assembleia Geral



Nome do Presidente	Nome do Vice-Presidente	Nome do Secretário	Reuniões	Remuneração
Milton Sarmiento	Victor Borges da Ponte	António Pimenta	<p>N.º reuniões SATA SGPS: 8</p> <p>% de participação: 100%</p> <p>Principais deliberações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2016 - Deliberação sobre a Proposta de Aplicação de Resultados - Eleição dos membros para os órgãos sociais para o triénio 2017-2019 - Fixação da remuneração do Conselho de Administração e do Fiscal Único. - Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade 	A política de remunerações da SATA não contempla qualquer componente remuneratória relativamente aos membros que compõem a Assembleia Geral, pelo que estes não auferem qualquer remuneração pelo exercício das suas funções enquanto membros que compõe este órgão social.

Fiscal Único

Nome do Fiscal Único	Data da primeira designação	N.º de mandatos	Duração do mandato	Remuneração
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	2014	Segundo mandato	3 anos civis	A remuneração do Fiscal Único é de 3.150€ pelos serviços de auditoria e revisão legal das contas.

Conselho de Administração

No final de 2017, o Conselho de Administração é composto por 3 administradores executivos, encontrando-se perfeitamente definidas quais as responsabilidades e as áreas de competência do negócio de cada um.

Nome do membros do Conselho de Administração	Pelouros	Indicadores
 <p>Presidente da SATA SGPS</p> <p><i>Chief Executive Officer</i></p> <p>Paulo Menezes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Operações • Jurídico • Gestão de aeródromos • Comunicação e imagem 	<p>N.º reuniões SATA SGPS: 25</p> <p>% de participação: 100%</p> <p>Principais deliberações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apreciação do Relatório e Contas relativo à SATA SGPS, referente ao exercício de 2016 e, em virtude, deliberação de requisição ao Presidente da Assembleia Geral de convocação de Assembleia Geral, a fim da mesma deliberar o que acionista entender mais conveniente.
 <p>Vogal Executivo da SATA SGPS</p> <p>Isabel Barata</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comercial • Coordenação e controlo operacional • Auditoria e Qualidade de Serviço 	<p>Remuneração:</p> <p>A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração é definida de acordo com os Estatutos do Gestor Público Regional e com os Estatutos da SATA. A remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por</p>



**Vogal Executivo da
SATA SGPS**

Maria Leonor Amaral
Soares de Albergaria

Assumi funções a
13 de julho de 2017,
tendo cessado as
mesmas a 28 de
fevereiro de 2018

- Contabilidade e Finanças
- Compras e Planeamento
- Planeamento e Controlo de Gestão

uma componente fixa, que, de acordo com o artigo 25º dos Estatutos do Gestor Público Regional, é fixada por deliberação em Assembleia Geral, sendo que na sua determinação existem três fatores que são tidos em consideração:

- As responsabilidades assumidas, complexidade e exigência das mesmas;
 - Desempenho do membro do órgão social;
 - Práticas remuneratórias dos principais pares.
- Os membros do Conselho de Administração só auferem remuneração pelas funções de gestores públicos que desempenham na SATA Air Açores.

Estratégia

Plano de Negócios 2017-2022

A SATA procedeu à revisão do seu Plano de Negócios face ao desempenho económico obtido nos últimos anos e às alterações significativas no Grupo SATA e na sua envolvente, tendo sido preparado o Plano de Negócios 2017/2022, o qual incorpora atualizações de pressupostos operacionais no dimensionamento da rede e frota aérea, mantendo as decisões estratégicas anteriormente assumidas, nomeadamente sobre os mercados que o Grupo pretende servir: ligações entre os Açores, o Continente Português, a América do Norte e os arquipélagos da Macaronésia.

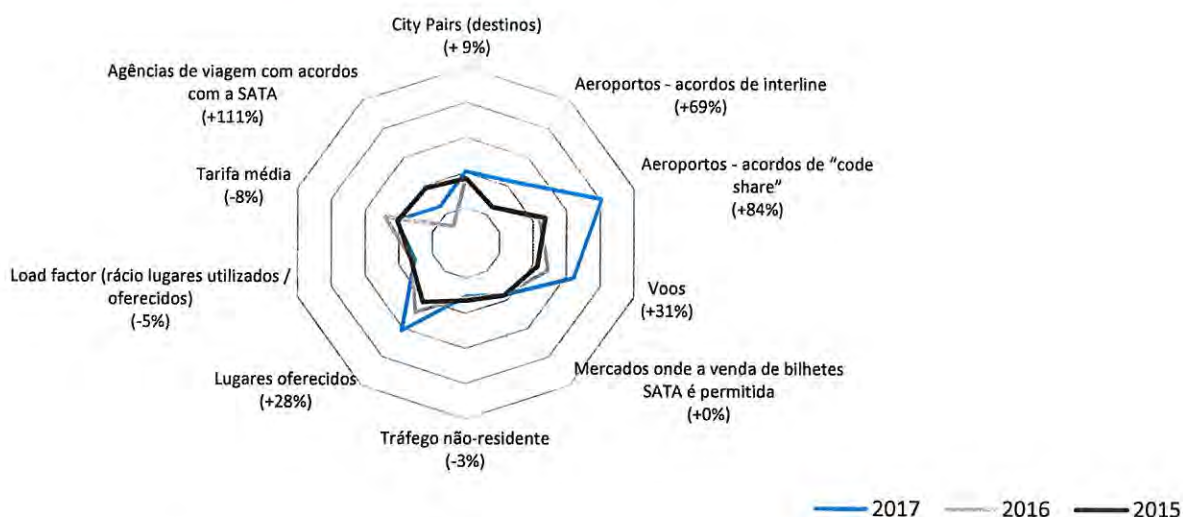
Plano de Negócios 2017-2022



Para levar a cabo este plano de negócios, o incremento da venda dos Açores como destino turístico, a par da continuidade da estratégia de redução de custos, intensificação da promoção da SATA e da região nos mercados onde opera, e a inovação e eficiência são pilares estratégicos do Grupo.

O ano de 2017 marcou o início da implementação do Plano Operacional definido na revisão ao Plano de Negócios, o qual reforça a estratégia de *hub and spoke* pelo aumento de frequências e conectividade da rede centrada nos Açores, bem como esbate a sazonalidade, pelo alargamento das validades das operações, e reforça a produtividade dos ativos, pela utilização mais intensiva dos recursos, nomeadamente a frota.

Evolução Conetividade SATA (2015-2017)



A visão comercial do Grupo assenta na construção de um produto atrativo para o cliente, para que os passageiros que viajam entre Portugal e Estados Unidos e Canadá ou vice-versa possam conhecer o berço da SATA.

A SATA manteve o mesmo modelo tarifário que vinha aplicando nos anos anteriores e que assenta em: a) agrupamento dos diferentes produtos tarifários em *brands* (famílias) que partilham os mesmos atributos; e b) manutenção de alguns serviços adicionais como gratuitos (incluídos na tarifa), como por exemplo a franquia livre de bagagem de porão e a pré-reserva de lugar a bordo. Este modelo tarifário permite à SATA ter uma vantagem competitiva comparativamente com alguns dos seus concorrentes, porquanto alguns dos atributos incluídos no preço são bastante valorizados pelos nossos clientes, nomeadamente o tráfego residente e o tráfego étnico.

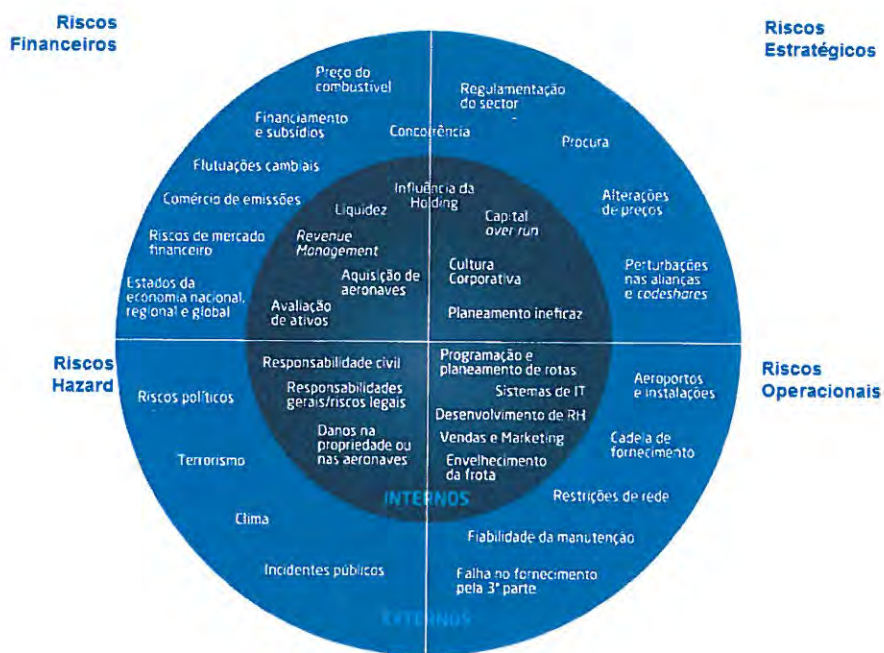
Gestão do Risco

A Gestão de Risco assume uma importância fundamental no dia-a-dia operacional e de gestão da SATA, presente em todos os processos, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis hierárquicos da Empresa.

A gestão da SATA é suportada numa metodologia de gestão do risco, claramente definida e alinhada com as boas práticas do mercado, alinhada com a metodologia da *Enterprise Risk Management Integrated Framework/COSO II* e considera a recente norma ISO 31000:2009 – *Risk Management*. Esta metodologia visa assegurar um ambiente de controlo interno eficaz e minimizar o impacto dos riscos na organização, reduzir a incerteza e a volatilidade da sua ocorrência, tendo como fim último a sustentabilidade da SATA.

Em complemento, a SATA tem como referência a Matriz de Risco do Setor Aéreo que identifica quatro tipos de risco – riscos financeiros, riscos estratégicos, riscos *hazard* e riscos operacionais, os quais são geridos e monitorizados no dia-a-dia operacional.

Principais riscos do Grupo SATA



Mitigação dos tipos de riscos

Tipo do Risco	Risco	Como mitigar?
Riscos Financeiros	<p>Preço do Jet Fuel</p> <p>O consumo de jet fuel na SATA, anualmente, ascende a cerca de dezenas de milhares de toneladas sendo que qualquer alteração no seu preço provoca um impacto muito significativo nos resultados operacionais da SATA.</p>	<p>Contratação de operações de hedging num total variável que poderá ir até 80% do total de consumo anual de jet fuel sendo o horizonte temporal das operações até 24 meses, ao mesmo tempo que assegura uma monitorização cuidada e periódica da variação dos preços de petróleo.</p>
	<p>Processo de reestruturação financeira</p> <p>A execução do Plano de Negócios tem associados alguns riscos operacionais, intrínsecos do setor e específicos do Grupo SATA, que são relevantes para a rentabilidade das operações e reposição da necessária sustentabilidade económica e financeira.</p>	
Riscos Estratégicos	<p>Regulamentação do Setor</p> <p>As constantes alterações ao nível da regulação e orientações internacionais a que a SATA está exposta, exigem uma monitorização orientada, eficaz e atempada para assegurar o sucesso das operações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização assegurada pelo Gabinete Jurídico, com total apoio e colaboração dos membros da Gestão.
Riscos Operacionais	<p>Safety & Security</p> <p>A segurança da operação, dos colaboradores e dos clientes é a prioridade da SATA e todas as suas operações visam a mitigação do potencial risco de segurança a que estão expostos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do Safety Management System (SMS) • Monitorização de dados de voo (Flight Data Monitoring) • Plano de Resposta a Emergências (Emergency Responsive Plan) • Existência medidas de security • Realização de processos periódicos de auditoria internos e externos, transversais a todas as áreas de negócio. • Avaliação de riscos profissionais com identificação dos perigos e as respetivas medidas mitigadoras, por local de trabalho e função. • Formação dos colaboradores
	<p>Interrupção da Operação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de Gestão de Riscos de Interrupção da Operação

Várias áreas operacionais da SATA, pela própria natureza das suas funções, podem ser afetadas por situações que podem afetar o normal funcionamento da operação.

Riscos Hazard	Desastres naturais A atividade da SATA está sujeita a vários eventos naturais que provocam impactos significativos em termos de receita e custos: maremotos, terramotos, nevoeiros fortes e cinzas vulcânicas e eventos sociais como guerras civis, greves e ações terroristas.	<ul style="list-style-type: none">• Contratualização de seguros que não coloquem em causa a continuidade do negócio e os objetivos estratégicos da SATA.• Existência de um Grupo de Gestão de Emergência SATA, que suportado no Manual de Procedimentos de Emergência, atua nas várias situações de crise.
Riscos Socio-Laborais	Relações laborais Os colaboradores da SATA estão associados a várias unidades sindicais tornando necessário a gestão dos vários processos de negociação, de forma a alinhar os vários interesses entre as partes, com vista a mitigar o risco de greves e, conseqüentemente, atrasos e cancelamentos de voos.	<ul style="list-style-type: none">• Existe um Gabinete de Relações Laborais que garante e motiva uma relação de diálogo aberto com as várias unidades sindicais.
Riscos Políticos	Políticas regionais e nacionais A SATA, sendo uma empresa detida a 100% por capitais públicos tem a sua atividade assente em eventuais alterações políticas regionais e nacionais.	<ul style="list-style-type: none">• O Conselho de Administração adota uma postura de diálogo com o seu acionista no sentido de assegurar o cumprimento e o alinhamento dos melhores interesses das várias partes envolvidas.
Outros Riscos	Ética e cultura organizacional A SATA pauta a sua atividade por princípios éticos e de responsabilidade social, tendo medidas para gerir o risco de inadequação e o não comprometimento da Empresa, Gestão e Colaboradores com estes princípios.	<ul style="list-style-type: none">• Divulgação do Código de Ética junto dos colaboradores, que integra princípios de equidade e respeito, lealdade, confidencialidade, relação com entidades externas, uso de bens da empresa, conflito de interesses e comportamentos não éticos, conhecimento e inovação, qualidade do serviço, segurança e saúde, qualidade do serviço, ambiente, responsabilidade social. Existe um canal de reporte interno de comportamentos não-éticos e de receção de reclamações relacionadas. Em 2017, a SATA não recebeu reclamações associadas a estas matérias.• Plano de Prevenção de riscos e corrupção e infrações conexas que abrange todas as operações das empresas do Grupo.

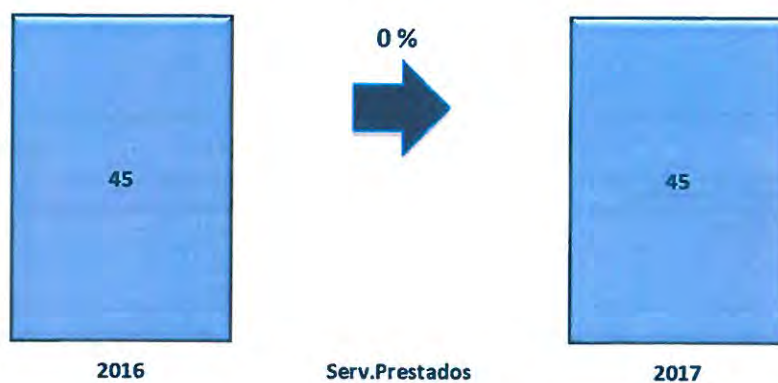
Desempenho Financeiro

2017 foi para a SATA S.G.P.S um ano marcado pela continuação de recuperação dos resultados em linha com o registado no ano anterior.

Ganhos operacionais

Ganhos operacionais (milhares de Euros)	2015	2016	2017
Serviços prestados	45	45	45
Outros rendimentos e ganhos	0	0	0
	45	45	45

O volume de Ganhos Operacionais registado em 2017 mantém-se inalterado face a 2016, como se evidencia no gráfico abaixo.



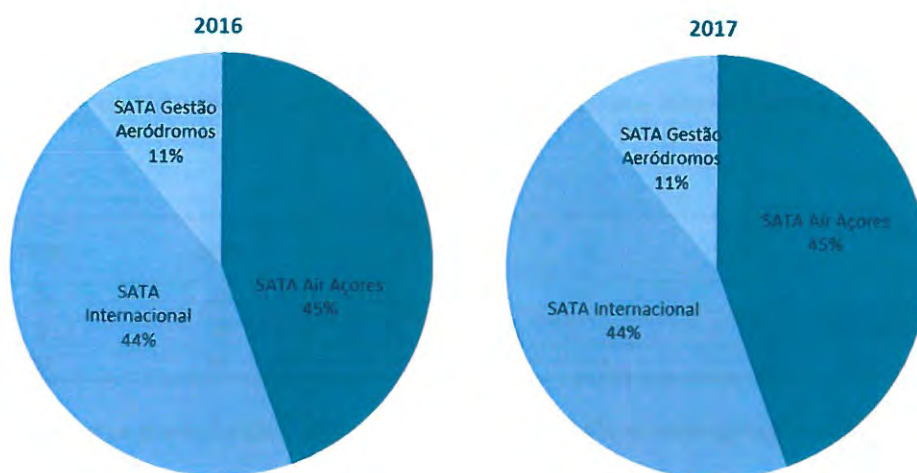
Os rendimentos por conta de Serviços Prestados detalham-se do seguinte modo:

Serviços prestados e subsídios por área de negócio (milhares de Euros)	2015	2016	2017
Serviços de Gestão	45	45	45
Outros	0	0	0
	45	45	45

A faturação de uma taxa de gestão às empresas do Grupo SATA representa a totalidade dos rendimentos operacionais auferidos ao longo dos últimos exercícios de atividade da SATA S.G.P.S.

Segue abaixo discriminado o valor faturado a cada uma das empresas SATA por contrapartida dos serviços de gestão realizados ao longo de cada um dos exercícios em análise

Serviços de Gestão (milhares de Euros)	2015	2016	2017
SATA Air Açores	20	20	20
SATA Internacional	20	20	20
SATA Gestão Aeródromos	5	5	5
	45	45	45



Gastos operacionais

Gastos operacionais (milhares de Euros)	2015	2016	2017
a. <i>Ganhos/Perdas imp.subsidiárias e associadas</i>	0	0	0
b. Fornecimentos e serviços externos	60	24	28
c. Outros gastos e perdas	0	0	0
	60	24	28

De acordo com o quadro apresentado, o volume de Gastos Operacionais registados em 2017 um aumento de 16%, cerca de mais 4 mil euros face ao montante suportado em 2016.

À semelhança do verificado anteriormente, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos contribui com a totalidade do volume de Gastos Operacionais registados, cujo valor se detalha como evidenciado na tabela abaixo.

Gastos operacionais Fornecimentos e serviços externos (milhares de euros)	2015	2016	2017
Trabalhos Especializados	28	18	18
Honorários	32	5	10
Outros	1	1	0
	60	24	28



Resultados

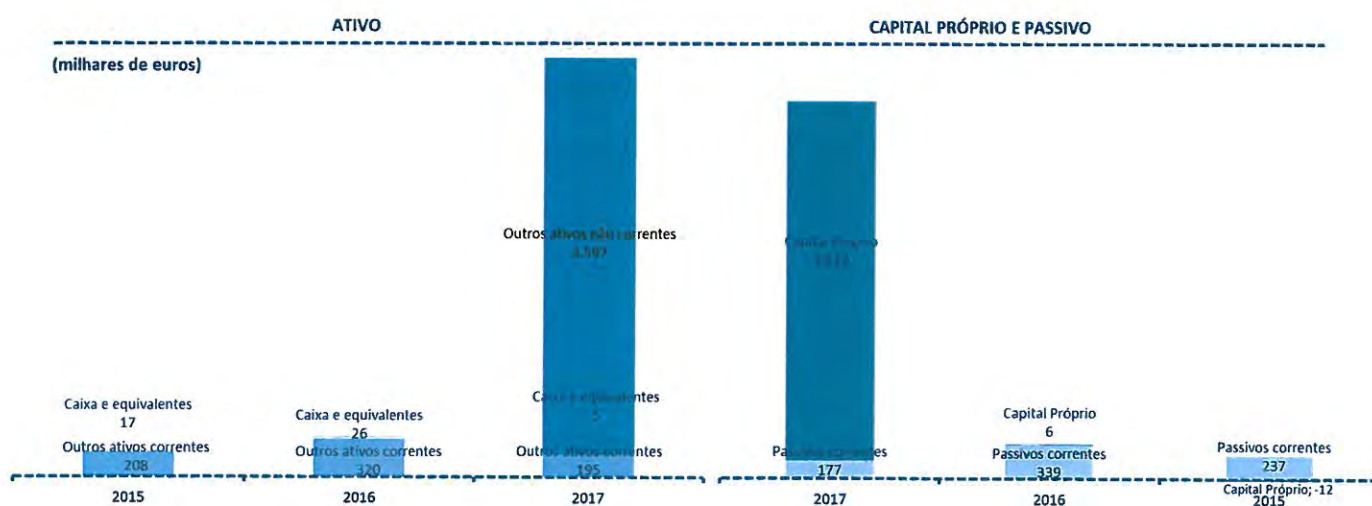
A evolução dos resultados para o período 2015-2017 apresenta-se do seguinte modo:

Reconciliação dos resultados (milhares de Euros)	2015	2016	2017
Ganhos operacionais	45	45	45
Gastos operacionais	(60)	(24)	(28)
Resultado operacional	(15)	21	17
Resultados Financeiros	(0)	(0)	(0)
Resultados antes de impostos	(16)	20	16
Imposto sobre o rendimento	0	(2)	0
Resultado líquido	(16)	18	16

Como se prova na tabela acima, verificou-se uma deterioração dos resultados apresentados pela SATA SGPS em 2017, comparativamente ao período homólogo, em 2 milhares de euros. É, contudo, mantida a tendência de recuperação verificada a partir de 2016.

Posição financeira e liquidez

A estrutura da posição financeira da SATA S.G.P.S decompõe-se do seguinte modo:



Face ao exercício anterior, importa destacar a recuperação registada na rubrica de Capital Próprio, fruto da incorporação em capitais próprios dos resultados positivos do exercício de 2016 e 2017.

Adicionalmente, importa salientar o aumento dos ativos não correntes no montante de 3.597 milhares de euros, decorrentes de um aumento de capital social efetuado na participada SATA Air Açores.

Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da SATA SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis em IFRS, dando uma imagem verdadeira do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SATA SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício positivo de 16.302,26€, seja aplicado em 815,11€ para Reservas Legais e o restante valor de 15.487,15€ para Resultados Acumulados, e que face ao montante do Capital Próprio, dando cumprimento ao disposto no artº 35 do código das sociedades comerciais, o Conselho de Administração irá propor ao Acionista, para sua cobertura, o respetivo aumento de capital.

Ponta Delgada, 24 de abril de 2018

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Simão Carvalho de Borba Menezes

(Presidente)

Isabel Maria dos Santos Barata

(Administradora)

Anexos

Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

SATA SGPS, S.A.

**Demonstrações Financeiras 31 de
dezembro de 2017**

Índice das Demonstrações Financeiras

Demonstração da posição financeira	3
Demonstração dos resultados	4
Demonstração do rendimento integral	5
Demonstração da alteração dos capitais próprios	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Anexo às demonstrações financeiras	8
1. Introdução	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
2.1 Bases de Preparação	8
3. Principais políticas contabilísticas	12
3.1 Partes de capital em subsidiárias	12
3.2 Conversão cambial	12
3.3 Ativos financeiros	13
3.4 Justo valor de ativos e passivos	15
3.5 Outras contas a receber	15
3.6 Caixa e equivalentes de caixa	15
3.7 Capital social	16
3.8 Passivos financeiros	16
3.9 Compensação de instrumentos financeiros	16
3.10 Imposto sobre o rendimento	17
3.11 Provisões	17
3.12 Gastos e rendimentos	18
3.13 Rédito	18
3.14 Demonstração dos fluxos de caixa	19
3.15 Eventos subsequentes	19
4 Políticas de gestão do risco financeiro	20
4.1 Fatores do risco financeiro	20
4.2 Gestão do risco de capital	21
5. Principais estimativas e julgamentos apresentados	22
5.1 Imparidade	22
5.2 Provisões	22
6. Investimentos financeiros	23
7. Imposto sobre o rendimento a receber	24
8. Outras contas a receber	24
9. Caixa e equivalentes de caixa	25

10. Capital	25
11. Reservas legais	25
12. Fornecedores	26
13. Outras contas a pagar	26
14. Fornecimentos e serviços externos	26
15. Imposto do exercício	27
16. Contingências	28
17. Partes relacionadas	28
18. Eventos subsequentes	29

Demonstração da posição financeira

	Nota	2017	2016
Ativo			
Não corrente			
Investimentos financeiros	6	3 596 790	-
		3 596 790	-
Corrente			
Imposto sobre o rendimento a receber	7	2 557	631
Outras contas a receber	8	192 145	319 193
Caixa e equivalentes de caixa	9	4 584	25 665
		199 285	345 489
Total do Ativo		3 796 075	345 489
Capital Próprio			
Capital social	10	21 596 790	18 000 000
Prémios de emissão		3 315 342	3 315 342
Reservas legais	11	576 596	575 676
Resultados acumulados		(21 885 536)	(21 903 008)
Resultado líquido		16 302	18 394
Total Capital Próprio		3 619 494	6 404
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	12	59 237	135 087
Outras contas a pagar	13	117 344	203 998
Total do Passivo		176 581	339 085
Total do Capital Próprio e Passivo		3 796 075	345 489

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas e serviços prestados	17	45 000	45 000
Fornecimentos e serviços externos	14	(28 182)	(24 270)
Outros rendimentos e ganhos		-	11
Outros gastos e perdas		<u>(46)</u>	<u>(7)</u>
Resultado operacional		<u>16 772</u>	<u>20 734</u>
Gastos financeiros		(470)	(439)
Rendimentos financeiros		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados antes de impostos		<u>16 302</u>	<u>20 295</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	15	<u>-</u>	<u>(1 901)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>16 302</u>	<u>18 394</u>

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração do rendimento integral

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado líquido do exercício		<u>16 302</u>	<u>18 394</u>
Outros rendimentos do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do rendimento integral do exercício		<u>16 302</u>	<u>18 394</u>

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração da alteração dos capitais próprios

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

	Capital social	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados acumulados	Resultado líquido	Total
A 1 de janeiro de 2016	18 000 000	3 315 342	575 676	(21 887 296)	(15 712)	(11 990)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	18 394	18 394
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	-	(15 712)	15 712	-
	-	-	-	(15 712)	34 106	18 394
A 31 de dezembro de 2016	18 000 000	3 315 342	575 676	(21 903 008)	18 394	6 404
Aumento de Capital	3 596 790	-	-	-	-	3 596 790
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	16 302	16 302
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	-	920	17 474	(18 394)	-
	3 596 790	-	920	17 474	(2 092)	3 613 092
A 31 de dezembro de 2017	21 596 790	3 315 342	576 596	(21 885 536)	16 302	3 619 494

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		94 702	53 100
Pagamentos a fornecedores		(87 481)	(29 852)
Caixa gerada pelas operações		7 221	23 248
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 925)	(864)
Outros recebimentos/ pagamentos		(26 377)	(14 164)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(21 081)	8 220
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Investimentos Financeiros		(3 596 790)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(3 596 790)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		3 596 790	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		3 596 790	-
Varição de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9	25 665	17 445
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	9	4 584	25 665

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

Pelo Decreto Legislativo Regional nº23/2005 foi constituída, em 7 de abril de 2006, a SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A ("Empresa"). A Empresa tem sede na Avenida Infante D. Henrique, nº55- 2º andar, em Ponta Delgada e tem por objeto social a gestão integrada, sob forma empresarial, da carteira de participações da Região Autónoma dos Açores no setor do transporte aéreo de passageiros, carga e correio, a exploração de atividades relacionadas com viagens e turismo, com a manutenção de aeronaves e com a assistência em escala ou handling e com a gestão de infra-estruturas aeroportuárias. A Empresa, rege-se por aquele diploma, pelos seus estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às empresas públicas e às sociedades gestoras de participações sociais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 24 de abril de 2018. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Empresa de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 31 de dezembro de 2017.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa seguiu a convenção do custo histórico. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, o qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da rentabilidade futura das operações das suas subsidiárias.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 5.

Novas normas e interpretações de aplicação mandatória em 31 de dezembro de 2017

As interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017:

Alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2017

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	1 de janeiro de 2017
IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos.	1 de janeiro de 2017

A introdução destas interpretações e a alteração das normas referidas anteriormente não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

Novas normas e interpretações de aplicação não mandatória em 31 de dezembro de 2017

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para exercícios anuais, que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a Empresa decidiu não adotar antecipadamente neste exercício, como segue:

Normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, já endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Reconhecimento do r�dito relacionado com a entrega de ativos e presta�o de servi�os, pela aplica�o o m�todo das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
IFRS 16 - Loca�es	Nova defini�o de loca�o. Nova contabiliza�o dos contratos de loca�o para os locat�rios. N�o existem altera�es � contabiliza�o das loca�es pelos locadores.	1 de janeiro de 2019
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplica�o da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isen�o tempor�ria da aplica�o da IFRS 9 para as seguradoras para os exerc�cios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime espec�fico para os ativos no �mbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por v�a dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classifica�o da diferen�a de mensura�o no Outro rendimento integral	1 de janeiro de 2018
Alter�es � IFRS 15 – R�dito de contratos com clientes	Identifica�o das obriga�es de desempenho, momento do reconhecimento do r�dito de licen�as PI, revis�o dos indicadores para a classifica�o da rela�o principal versus agente, e novos regimes para a simplifica�o da transi�o.	1 de janeiro de 2018

Normas (novas e alterações) e interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2018, ainda não endossadas pela UE

Normas

Descrição	Alteração	Data efetiva
Melhorias às normas 2014 - 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de janeiro de 2017 e 1 de janeiro de 2018
IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento	1 de janeiro de 2018
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1 de janeiro de 2019
Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

Interpretações

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente	1 de janeiro de 2018
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019

A Empresa não concluiu, ainda, o apuramento de todos os impactos decorrentes da aplicação das normas supra pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo, não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Partes de capital em subsidiárias

Os investimentos representativos de partes de capital em subsidiárias encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas de imparidade, quando estas se verificarem.

Depois de o interesse da investidora ser reduzido a zero, a Empresa reconhece um passivo para fazer face às responsabilidades adicionais resultante de (i) obrigações legais ou construtivas incorridas ou pagamentos efetuados a favor das subsidiárias e associadas, (ii) expectativa de geração de caixa da subsidiária ou associada insuficiente para fazer face às obrigações legais ou construtivas incorridas e (iii) impossibilidade de apurar o justo valor dos referidos investimentos com fiabilidade.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados como ganhos relativos a partes de capital, quando atribuídos.

3.2 Conversão cambial

i) **Moeda funcional e de apresentação**

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em **Euros**, sendo esta a moeda funcional e de relato da Empresa.

ii) **Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários

denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de resultados financeiros líquidos, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa não apresentava saldos em moeda estrangeira.

3.3 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com o objetivo da sua aquisição, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Empresa apenas tem ativos financeiros classificados como Investimentos financeiros e Contas a receber.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na demonstração da posição financeira como Outras contas a receber (Nota 8), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Empresa não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

A Empresa avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor.

No caso de instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, caso exista evidência objetiva de imparidade (diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de perdas de imparidade sobre esse ativo, previamente reconhecidas em resultados do exercício), as perdas de imparidade acumuladas são reclassificadas de capitais próprios para a demonstração dos resultados. Em exercícios subsequentes, caso o justo valor destes instrumentos aumente, e esse aumento possa ser objetivamente atribuído a um evento que ocorre após a contabilização das perdas de imparidade em resultados, a perda de imparidade é revertida através da demonstração dos resultados.

No caso de instrumentos de capital próprio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado de justo valor abaixo do seu custo é evidência de que os ativos estão em imparidade. Caso tal evidência se verifique (diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de perdas de imparidade sobre esse ativo, previamente reconhecidas em resultados do exercício), as perdas de imparidade acumuladas são reclassificadas de capitais próprios para a demonstração dos resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital próprio reconhecidas em resultados do exercício não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.4 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A Empresa aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a Empresa utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

3.5 Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é reconhecida inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade das contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos obtidos, e são considerados na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.7 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante resultante da emissão.

3.8 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os Empréstimos obtidos, quando aplicável, e Fornecedores e Outras contas a pagar. Os passivos classificados como Fornecedores e Outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.9 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira apenas quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a SATA tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a SATA a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

3.12 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.13 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da SATA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.14 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os ativos com maturidade inferior a três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende, também, os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Empréstimos obtidos, quando aplicável.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As **atividades operacionais** englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas **atividades de investimento** incluem, nomeadamente, as aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias.

As **atividades de financiamento** abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, compra e venda de ações próprias e pagamento de dividendos.

3.15 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data da demonstração da posição financeira, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício.

Os eventos ocorridos, após a data da demonstração da posição financeira, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras.

4 Políticas de gestão do risco financeiro

4.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Empresa, enquanto entidade individual, estão expostas a reduzidos fatores de risco financeiro, resumindo-se ao risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco da Empresa é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como seja a cobertura de risco de crédito.

i. Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa resulta essencialmente do risco de crédito dos clientes e das restantes dívidas de terceiros, bem como das entidades financeiras onde a empresa efetua os seus depósitos.

Não existem questões de concentração de crédito em clientes e/ou devedores.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros (depósitos bancários) pode ser avaliada com referência aos *ratings* de crédito ou informação histórica das entidades a que se referem:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A-	-	20 598
BBB-	1 419	-
BB-	3 165	5 067
Total depósitos bancários	<u>4 584</u>	<u>25 665</u>

ii. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma centralizada pelo departamento financeiro do Grupo SATA, que gere os excessos e défices de liquidez de cada uma das empresas. As necessidades de tesouraria são cobertas pela manutenção de linhas de crédito negociadas com entidades bancárias.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

A Empresa não tem contratados quaisquer empréstimos, sendo a maturidade dos seus passivos financeiros inferior a 1 ano.

4.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital equilibrada.

A contratação de dívida é analisada através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de tesouraria.

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

5.1 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.2 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos: (a) por variação dos pressupostos utilizados; (b) pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e/ou (c) pela anulação futura de provisões, quando passem a classificar apenas como passivos contingentes.

6. Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos investimentos financeiros em subsidiárias era como segue:

2017						
Designação	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Custo aquisição	Perda imparidade	Total investimento	Goodwill incluído
Sata Air Açores	Ponta Delgada	100%	20 406 290	(16 809 500)	3 596 790	-
			<u>20 406 290</u>	<u>(16 809 500)</u>	<u>3 596 790</u>	<u>-</u>

2016						
Designação	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Custo aquisição	Perda imparidade	Total investimento	Goodwill incluído
Sata Air Açores	Ponta Delgada	100%	16 809 500	(16 809 500)	-	-
			<u>16 809 500</u>	<u>(16 809 500)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A variação registada em 2017 nos investimentos financeiros é referente ao aumento de capital efetuado na subsidiária Sata Air Açores, no montante total de 3.596.790 Euros:

2017						
	% detida	Saldo inicial	Aumento de capital	Imparidade de Partes de capital	Dividendos recebidos	Saldo final
Sata Air Açores	100%	-	3 596 790	-	-	3 596 790
		<u>-</u>	<u>3 596 790</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 596 790</u>

A 31 de dezembro de 2017, os principais indicadores da empresa subsidiária detalham-se como segue:

Designação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capitais próprios	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido	Resultado integral
Sata Air Açores	89 461 642	77 740 381	113 240 023	92 166 430	(38 204 430)	36 193 916	(3 529 616)	(4 306 490)
	<u>89 461 642</u>	<u>77 740 381</u>	<u>113 240 023</u>	<u>92 166 430</u>	<u>(38 204 430)</u>	<u>36 193 916</u>	<u>(3 529 616)</u>	<u>(4 306 490)</u>

7. Imposto sobre o rendimento a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento a receber são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pagamentos por conta	4 490	2 532
Estimativa de IRC (Nota 15)	<u>(1 933)</u>	<u>(1 901)</u>
Total	<u>2 557</u>	<u>631</u>

8. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros devedores		
Outros	1 623	5 955
Empresas do Grupo (Nota 17)	189 585	307 038
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto sobre o valor acrescentado	<u>936</u>	<u>6 200</u>
Outras contas a receber	<u>192 145</u>	<u>319 193</u>

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos bancários	4 584	25 665
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4 584</u>	<u>25 665</u>

10. Capital

Por resolução do Conselho do Governo n.º 13/2017 de 21 de fevereiro de 2017, a acionista Região Autónoma dos Açores deliberou um aumento de capital social em dinheiro, no montante total de 21.580.735 Euros, representado por 4.316.147 novas ações com o valor nominal de 5 Euros, a concretizar em seis anos económicos, com início em 2017 e termo em 2022, no montante de 3.596.790 Euros nos primeiros 5 anos e de 3.596.785 Euros no último ano.

Durante o exercício de 2017, foi realizado e reconhecido o montante de 3.596.790 Euros, representado por 719.358 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.319.358 ações com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pela Região Autónoma dos Açores.

11. Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, totalizando 576.596 Euros e 575.676 Euros, respetivamente.

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de fornecedores apresentam-se como se segue:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	59 237	135 087
Faturas em receção e conferência	-	-
Total fornecedores	59 237	135 087

13. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2017	2016
Empresas do Grupo (Nota 17)	115 733	161 078
Acréscimos de gastos	1 610	41 325
Estado e outros entes públicos	-	1 595
Outras contas a pagar	117 344	203 998

14. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Trabalhos especializados	18 097	18 460
Honorários	9 925	4 982
Outros	160	828
Fornecimentos e serviços externos	28 182	24 270

15. Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto s/ rendimento corrente	1 933	1 901
Excesso/insuficiência estimativa imposto	(1 933)	-
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto sobre o rendimento	-	1 901

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado consolidado antes de imposto	16 302	20 295
Taxa de imposto	18,3%	18,30%
	2 983	3 714
Prejuízos fiscais dedutíveis s/ imposto diferido	(1 050)	(1 813)
Excesso/insuficiência estimativa anos anteriores	(1 933)	-
Outros ajustamentos	-	-
Imposto s/ rendimento	-	1 901
Taxa efetiva de imposto	0,0%	9,4%

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,5%	1,5%
	18,30%	18,30%

Prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa apresenta prejuízos fiscais reportáveis de 4.624 Euros, relativamente ao exercício de 2015, reportáveis até ao ano de 2027.

16. Contingências

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa prestou aval a contratos de empréstimos bancários por parte das participadas Sata Air Açores e Sata internacional.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa não apresenta ativos ou passivos contingentes passíveis de divulgação.

17. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa é detida em 100% pela Região Autónoma dos Açores.

Remuneração do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração foram considerados, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram atribuídas remunerações pela Empresa, uma vez que os seus vencimentos, são auferidos na totalidade na Sata Air Açores.

Saldos e Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações, com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outras contas a receber (Nota 8)		
Sata Air Açores	189 585	307 038
Sata Internacional	-	-
Sata Gestão Aeródromos	-	-
	<u>189 585</u>	<u>307 038</u>
Outras contas a pagar (Nota 13)		
Sata Air Açores		-
Sata Internacional	40 282	103 093
Sata Gestão Aeródromos	75 451	57 985
	<u>115 733</u>	<u>161 078</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços prestados		
Sata Air Açores	20 000	20 000
Sata Internacional	20 000	20 000
Sata Gestão Aeródromos	5 000	5 000
Total Serviços prestados	<u>45 000</u>	<u>45 000</u>

A rubrica prestações de serviços inclui, essencialmente, *fees* de gestão debitados às empresas do Grupo SATA.

As transações efetuadas com as empresas do Grupo SATA foram realizadas em condições normais de mercado.

18. Eventos subsequentes


À data de relato, a subsidiária da Empresa, Sata Air Açores, na qualidade de Acionista única da Sata Internacional, está a proceder à alienação de 49% do capital social desta empresa. Para tal já disponibilizou um caderno de encargos para as entidades eventualmente interessadas.

CONTABILISTA CERTIFICADO




António Jorge Ferreira da Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Paulo Simão Carvalho Borba Menezes
(Presidente)



Isabel Maria dos Santos Barata
(Administradora)

CLC



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.796.075 euros e um total de capital próprio de 3.619.494 euros, incluindo um resultado líquido de 16.302 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração da alteração dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria apresentada na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade detém uma participação financeira na subsidiária SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. reconhecida pelo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, a qual apresenta um valor de 3.597 milhares de euros na Demonstração da posição financeira à data de 31 de dezembro de 2017. Atendendo ao facto de não ter sido preparado um teste de imparidade à referida participação nos termos preconizados pelos IFRS que permita aferir quanto à sua recuperabilidade e à incerteza atual decorrente dos fatores de risco operacional e financeiro associados à atividade do transporte aéreo e modelo de negócio, de privatização e de refinanciamento do Grupo SATA, não nos é possível concluir, com razoável grau de segurança, sobre a recuperabilidade, integral ou parcial, do respetivo ativo, bem como sobre a existência de eventuais responsabilidades adicionais associadas à participação financeira à data de 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme divulgado na nota 2.1 do anexo contendo as notas explicativas, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da rentabilidade futura e equilíbrio financeiro das operações das entidades do Grupo SATA.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

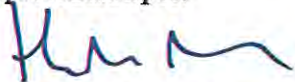
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

26 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração da alteração dos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto no aspeto mencionado na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto no aspeto mencionado na Certificação Legal das Contas;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Adicionalmente ao aspeto mencionado na Certificação Legal das Contas referente à incerteza material sobre a continuidade, chamamos a atenção para o facto de, em 31 de dezembro de 2017, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, por estar perdido metade do capital social, os acionistas deverão, em Assembleia Geral, deliberar sobre a aplicação das medidas necessárias para retificar esta situação.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20171485

Notamos igualmente que o aumento de capital social ocorrido em 2017 no valor de 3.596.790 euros não se encontra devidamente formalizado em ata de reunião de Assembleia Geral, pelo que recomendamos que esta situação seja devidamente regularizada.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

26 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.

